



XII Seminário Nacional Sociologia & Política

O Papel Político e Social da Esperança: Debates Contemporâneos num Brasil em Distopia

GT 03 – Instituições e poder: Parentescos e genealogias

PODER LOCAL E “RENOVAÇÃO POLÍTICA”: UM ESTUDO SOBRE SUCESSÃO GERACIONAL EM UM MUNICÍPIO DO NORDESTE BRASILEIRO.

José Marciano Monteiro¹

¹ Doutor, professor da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, Coordenador do Núcleo de Estudos sobre Elites, Famílias e Desigualdades – NEFADE, Membro do Núcleo Estudos Paranaense – NEP. E-mail: jm.monteiro17@gmail.com



PODER LOCAL E “RENOVAÇÃO POLÍTICA”: UM ESTUDO SOBRE SUCESSÃO GERACIONAL EM UM MUNICÍPIO DO NORDESTE BRASILEIRO.

Resumo:

Este trabalho tem por objetivo apresentar, ainda que de forma embrionária, resultados da pesquisa que estamos realizando na Paraíba, mais especificamente, em Campina Grande/PB, município de porte médio, acerca do poder local e renovação política geracional, no período compreendido de 1988 a 2020. A escolha de tal município, deve-se, ao fato, de ser o segundo maior município, em termos populacionais, do interior do Nordeste brasileiro. Os pressupostos que temos é que: as escolhas para o executivo local sinalizam fortalecimentos de “sobrenomes” para vagas ao senado e/ou ao governo do Estado. Para a construção de tais “sobrenomes”, tem-se, no poder local, o espaço privilegiado de “formação” e/ou “aprendizagem política”, através da inserção, na burocracia estatal (secretaria municipal e/ou cargo eletivo legislativo local), daqueles que serão sucessores e/ou herdeiros políticos. A lógica da sucessão ajuda-nos entender de que maneira o parentesco funciona como gramática política de mudança na permanência. A pesquisa problematiza a ideia de “renovação na política”, procurando enfatizar em que sentido a “renovação” tem ocorrido e como o local se constitui em espaço de formação de quadros para voos políticos mais amplos, tais como senador e governador.

Palavras-chave: Poder local; Renovação política; geração; herança política.



Introdução

“Em toda cidade média ou pequena da América um grupo superior de famílias paira acima da classe média e sobre a massa de assalariados, funcionários, camponeses e desempregados. E que tais famílias possuem a maior parte do que existe localmente para ser possuído. Seus nomes e retratos são impressos com frequência nos jornais, e na realidade, os jornais são deles como deles são as duas estações de rádio. Também são donos da maioria das lojas comerciais e das poucas fábricas existentes” (MILLS, 1982, p.41).

É com esta emblemática passagem que Mills (1982) destaca o poder que poucas, mas privilegiadas famílias, exercem nas cidades médias e/ou em pequenas cidades na América. Esta passagem, a princípio, poderia passar despercebida por um pesquisador desatendo. Ou mesmo não tivesse tanta importância, uma vez que é algo recorrente. Todavia, em que pese a familiaridade da constituição de oligarquias familiares locais, em municípios de médio e pequeno porte, é sobre este fenômeno que a sociologia política tem se interessado. É pelo fato de ser algo familiar, que nos permite refletir sociologicamente, procurando compreender a gênese da formação destas oligarquias de base familiar.

Nas últimas décadas, pesquisadores de diversas instituições tem se dedicado aos estudos sobre poder político e família (Oliveira, 2001; Canêdo, 1995, 2002, 2011; Goulart, 2014; Monteiro, 2017; Lemenhe, 1995; Rêgo, 2008). As pesquisas têm permitido diálogos entre diversas áreas de conhecimentos: da história à sociologia, da antropologia à ciência política (Lewin, 1993; Canêdo, 1997, 2002, 2011; Pimentel, 2014) e a utilização de uma plêiade de recursos metodológicos que vão da reconstrução de genealogias (Oliveira, 2001; Rêgo, 2008; Monteiro, 2017), para pensar períodos de longa duração, às trajetórias e o uso de biografias, perpassando pelo uso da estatística descritiva à análise de discurso e ao uso da pesquisa documental.

Esta parece-nos ser uma agenda que se impõe à cultura política brasileira, interpelando não somente às áreas de conhecimentos; mas, também, atravessando diversos momentos da nossa história. De modo geral, as pesquisas têm revelado a centralidade que a família assume, como categoria analítica, para a compreensão da organização das estruturas de poder político,



econômico e judiciário no Brasil (Lewin, 1993; Canêdo, 1997; Pimentel, 2014; Grill, 2008; Monteiro, 2017; Oliveira, 2012; Alves, 2015).

A relação família e poder político tem sido estudada por diversas clivagens interpretativas, perpassando das análises acerca do fenômeno do coronelismo (Leal, 1986; Fortunato, 2000; Rêgo, 2008; Goulart, 2014), quando compreendido exercício do poder local, às lógicas de apropriação do público pelo privado e os diferentes usos do patrimonialismo institucional (Faoro, 2001); a análise das redes que atravessam as instituições, utilizando práticas, não tão republicanos, que, dialeticamente, se retroalimentam na dinâmica relacional entre o poder político e econômico por meio do nepotismo estrutural (Oliveira, 2012).

Este trabalho tem por objetivo apresentar, ainda que de forma embrionária, resultados da pesquisa que estamos realizando na Paraíba, mais especificamente, em Campina Grande/PB², município de porte médio, acerca do poder local e renovação política geracional, no período compreendido de 1988 a 2020. A escolha de tal município, deve-se, ao fato, de ser o segundo maior município, em termos populacionais, do interior do Nordeste brasileiro (IBGE, 2020).

Os pressupostos que temos é que: as escolhas para o executivo local sinalizam fortalecimentos de “sobrenomes” para vagas ao senado e/ou ao governo do Estado. Para a construção de tais “sobrenomes”, tem-se, no poder local, o espaço privilegiado de “formação” e/ou “aprendizagem política”, através da inserção, na burocracia estatal (secretaria municipal e/ou cargo eletivo legislativo local), daqueles que serão sucessores e/ou herdeiros políticos. A lógica da sucessão ajuda-nos entender de que maneira o parentesco funciona como gramática política de mudança na permanência.

²Campina Grande é um município brasileiro no estado da Paraíba. Considerada um dos principais polos industriais da Região Nordeste, foi fundada em 1 de dezembro de 1697, tendo sido elevada à categoria de cidade em 11 de outubro de 1864. Pertence à Região Geográfica Imediata de Campina Grande e à Região Geográfica Intermediária de Campina Grande. De acordo com estimativas do IBGE de 2020, sua população era de 411 807 habitantes, sendo a segunda cidade mais populosa da Paraíba, e sua região metropolitana formada por dezenove municípios, possui uma população estimada em 638 017 habitantes. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Campina_Grande Acessado em 19 de mai. de 22.



A pesquisa problematiza a ideia de “renovação na política”, procurando enfatizar em que sentido a “renovação” tem ocorrido e como o local se constitui em espaço de formação de quadros para voos políticos mais amplos, tais como senador e governador.

Poder local e renovação política geracional (1988 a 2020)

A proposta deste texto não é pensar o poder local através das chaves explicativas do coronelismo ou mesmo do patrimonialismo, mas, antes, pensar a dinâmica de permanência e continuidade de famílias nesta esfera de poder e em que medida ocorre a oxigenação do poder político local. E, desta feita, perceber até que ponto a família ainda importa. É muito comum ouvir-se que, a cada eleição, tem-se o fenômeno da renovação. A renovação quase sempre é entendida como a alternância de nomes, esquecendo, porém, de verificar as permanências de sobrenomes, o grau de parentesco e as redes de base familiar as quais pertencem. O parentesco, a família, as redes de sociabilidades, devem ser entendidas como categorias da prática da política (Canêdo, 2002) no Brasil.

O parentesco na política é mobilizado como um recurso de legitimidade para os agentes e seus familiares (Grill, 2008). Não por acaso que, as “famílias políticas” e as “novas famílias políticas” (Monteiro, 2016), mobilizam-se, dentre tantos recursos sociais e princípios de legitimação (Coradini, 2001) através do “nome de família” - leia-se “sobrenome” – de legitimação social e disputas em torno da memória. Esta que é cravada nos mais diversos “lugares de memória”, para utilizar uma expressão de Norra (1993). Lugares estes que vão dos nomes atribuídos as praças às cerimônias, das avenidas aos estádios de futebol, dos clubes aos centros de convenções, do comício aos cerimoniais de casamento e/ou velórios. A política, pensada por esta lógica de classificação do mundo social, é por excelência, o espaço da disputa e do poder, em sua dimensão material e fundamentalmente simbólica. Nestes termos, o que é o poder senão esta “dimensão da capacidade simbólica do domínio” (Lemenhe, 1995, p.14).



O quadro 01 traz, no intervalo de três décadas, os agentes públicos que assumiram os domínios do orçamento do poder público local do município de Campina Grande/PB. Num rápido olhar sobre o quadro, vê-se que há predominância de famílias no controle do orçamento público local: Cunha Lima e Vital-Rêgo, com destaque para a hegemonia da primeira. É a família Cunha Lima a que mais tempo tem passado controlando dos destinos do segundo maior orçamento do Estado da Paraíba.

O quadro 01 nos traz indícios do processo de produção e reprodução do poder político local através da lógica do controle do poder local por meio das redes de base familiar. Há, em curso, uma lógica de apropriação do poder local, que se legitima pelo revezamento entre poucas famílias, no controle de grupos exclusivos sobre o espaço institucional. A democracia, nesse sentido, legitima a alternância na permanência de oligarquias de base familiar local. Isto não seria possível apenas controlando o espaço local. A dinâmica de poder deste domínio deve ser compreendida, tanto em perspectiva reticular, como em perspectiva de dominação de espaços políticos e econômicos estaduais que puderam assegurar o domínio local. Dito de outra forma: o controle do poder local não se faz perdurar sem a articulação com outras instâncias: estadual e federal.

Quadro 01 - Prefeitos eleitos em Campina Grande (1988-2020)

| Ano | Prefeito eleito | Família | Início do mandato | Fim do mandato | Observações |
|------|-------------------------|------------|-------------------|----------------|--|
| 1989 | Cássio Cunha Lima | Cunha Lima | 01/01/1989 | 01/12/1992 | Prefeito eleito/renunciou ao cargo |
| 1992 | Francisco Lira | Lira | 01/12/1992 | 31/12/1992 | Vice-prefeito eleito no cargo de prefeito interino |
| 1993 | Felix Araújo Filho | Araújo | 01/01/1993 | 31/12/1996 | Prefeito eleito |
| 1997 | Cássio Cunha Lima | Cunha Lima | 01/01/1997 | 01/12/2000 | Prefeito eleito |
| 2001 | Cássio Cunha Lima | Cunha Lima | 01/01/2001 | 05/04/2002 | Prefeito reeleito/renunciou ao cargo |
| 2002 | Cozete Barbosa | Barbosa | 05/04/2002 | 31/12/2004 | Vice-prefeita eleita no cargo de prefeita |
| 2005 | Veneziano Vital do Rêgo | Vital-Rêgo | 01/01/2005 | 31/12/2008 | Prefeito eleito |
| 2009 | Veneziano Vital do Rêgo | Vital-Rêgo | 01/01/2009 | 31/12/2012 | Prefeito eleito |
| 2013 | Romero Rodrigues Veiga | Cunha Lima | 01/01/2013 | 31/12/2016 | Prefeito eleito |
| 2017 | Romero Rodrigues Veiga | Cunha Lima | 01/01/2017 | 31/12/2020 | Prefeito eleito |
| 2021 | Bruno Cunha Lima | Cunha Lima | 01/01/2021 | Atual | Prefeito eleito |

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)



Embora o quadro 01 não nos permita visualizar, mas os sobrenomes acima, com exceção de Barbosa e Araújo, os quais chegaram ao controle do poder local com o apoio dos Cunha Lima, estão relacionados à genealogia de famílias que possuem uma rede de parentesco que se revertem no poder local, e em outras instâncias do aparelho de estado, que remontam a década de 1930 e de 1960 (Monteiro, 2017), sendo a família Vital-Rêgo mais longeva no aparelho estatal que a família Cunha Lima. Com isto, é possível constatar que, antes de renovação na política, o que se constata é *renovação na geração* das oligarquias de base familiar.

A família Cunha Lima é composta de três gerações de políticos atuantes em pleitos eleitorais, no Estado da Paraíba, desde a década de 1960. Trata-se de um “grupo político” que, com especial destaque, têm exercício a dominância e controle do orçamento público do município local do município de Campina Grande, segundo maior orçamento do Estado, ficando atrás, apenas, do orçamento da capital João Pessoa. Desde a década de 1960, este grupo tem ganhado evidência nas disputas, não apenas local, mas estadual e nacional. Dificilmente lê-se o município de Campina Grande sem referência à memória dos Cunha Lima. A cidade é atravessada por monumentos públicos que remetem à memória desta família (LIMA, 2013)

No século passado, três grandes nomes se destacaram nesta família em termos de representação política, em quadros eletivos: Fernando Cunha Lima, Ronaldo Cunha Lima³ e Ivandro Cunha Lima. O primeiro chegando a ser deputado federal, o segundo e o terceiro senadores da república. É na base deste lastro familiar que este se transformará em um dos grupos mais importantes, em termos de disputas eleitorais, no final do século XX e início do século XXI no Estado da Paraíba. A importância se fez presente desde a década de 1990, quando são eleitos para o cargo de prefeito de Campina Grande e governador do estado, filho e pai, ou seja, Cássio Cunha Lima e Ronaldo Cunha Lima. Este passando as chaves da prefeitura para

³ Conforme destaca Lima (2013, p. 14) “Entre os simpatizantes e eleitores dos políticos que congregam o chamado “Grupo Cunha Lima”, Ronaldo José da Cunha Lima representa uma espécie de ponto de partida, de chefia das chefias. Ronaldo, líder carismático, soube desde sempre fazer ótimo uso de sua imagem pública; aclamado como o “político poeta” sempre fez questão de estar muito próximo do povo, tornando-se aquela pessoa sem orgulho, que conhecia a todos pelo nome, o boêmio que entrava noite adentro nos bares campinenses fazendo versos e a todos tratando com igual simpatia”.



aquele. Soma-se a isto, as eleições de 2012, que consagrará mais um herdeiro na sucessão do poder local, Romero Rodrigues, prefeito, primo pela linha materna de Cássio Cunha Lima, e Ronaldo Cunha Lima Filho, vice-prefeito, irmão de Cássio (LIMA, 2013).

De igual modo, embora passando por momentos de ostracismo político, principalmente no final do século XX, e não mantendo o controle da hegemonia nas disputas no espaço local, o grupo familiar “Vital-Rêgo”, manteve-se por décadas, a partir da década de 1980, o seu principal herdeiro, o tribuno e orador Vital do Rêgo (Monteiro, 2016), como o nome que concorria no espaço político com a família Cunha Lima. Vale destacar que a família Vital-Rêgo é pertencente ao mesmo tronco genealógica da família Rêgo do estado vizinho, Pernambuco⁴.

Neste livro, o autor destaca a consolidação do poder desta família no período de 1930-1945, com especial destaque para o agente político Veneziano Vital do Rêgo, pai de Vital do Rêgo e avô de Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto e de Vital do Rêgo Filho. Estes que, atualmente, são, respectivamente, senador da república e ministro do Tribunal de Contas da União. Trata-se de uma poderosa família política, que, não obstante, certo ostracismo nas décadas de 1980-1990, retorna ao poder e assume a centralidade das disputas no estado da Paraíba, no início do século XXI. Será, portanto, no início do século XXI, na primeira e segunda década, que os herdeiros políticos de Vital do Rêgo, Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto, Vital do Rêgo Filho e Nilda Gondim, serão eleitos para cargos eletivos, tanto no poder local, como na esfera federal.

Poder local: hereditariedade e espaço privilegiado de “formação” de herdeiros.

A hereditariedade do poder político (Canêdo, 2002; Grill, 2003), ao que nos parecem, tem sido, nas últimas décadas, evidenciada sociologicamente através dos trabalhos que tem apontado o fenômeno da reprodução do poder político como central à formação das elites e da

⁴ Consultar: Rêgo, André Heráclio do. Parte III – A consolidação do poder da família (1930-1945). In.: “Família e coronelismo no Brasil: uma história de poder”.



classe dominante no país (Oliveira, 2001, 2015; Vanali, 2015; Goulart, 2015; Monteiro, 2017). Esta configuração, portanto, tem sido investigada especialmente observando, como recorte temporal, o período pós redemocratização.

As pesquisas têm evidenciado a quase impossibilidade de pensar e compreender a política no Brasil sem relacioná-la ao fenômeno da hereditariedade do poder político⁵, por meio de um espírito quase que dinástico de poucos grupos familiares (Bourdieu, 1996), que historicamente ocupam a alta burocracia e o aparelho de Estado no país. (Monteiro e Ferreira, 2017). A hereditariedade do poder político no Brasil, nesse sentido, não é algo inexpressivo ou de pouca relevância científico-acadêmica. Trata-se de entender a(s) forma(s) como os agentes têm se posicionado e tomado decisões no aparelho de estado brasileiro, fazendo uso do nepotismo e do parentesco. Trata-se de uma lógica social que envolve as estratégias de permanência no poder por meio do processo sucessório em que a família se torna instituição central, para além dos partidos. É nesse sentido que

“[...] o nepotismo é uma rede social e política de interesses. O nepotismo é uma estratégia de classes, de grupos sociais e de famílias para a obtenção e preservação do poder político e da dominação da elite. O nepotismo teve suas origens nas relações de parentesco e favoritismo dos papas com seus parentes e passou para o poder civil. A prática muitas vezes corrupta de nomeação de parentes nas velhas esferas eclesiásticas cunhou o léxico na tradição política.”. (OLIVEIRA, 2012, p. 14)

O poder local, enquanto esfera de realização da política no município, tem se configurado em espaço privilegiado para a formação de herdeiros e, por conseguinte, a construção de quadros para a burocracia estatal, pautada no parentesco e na relação nepótica. A esfera local, diz-se o município, tem funcionado como *locus* de formação política dos herdeiros. É através da ocupação dos cargos de secretário e/ou de vereador que se tem a iniciação do aprendizado do *modus operandi* de fazer política. A instrumentalização destes

⁵Ver: Herdeiros políticos ocupam metade da Câmara. Congresso em foco. 3 fev. 2016. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/herdeiros-de-politicos-ocupam-metade-da-camara/>. Acesso em 22 mai. 2022.



espaços – leia-se câmara municipal, secretarias, autarquias – tem permitido às “famílias políticas” utilizarem como escola de formação. Os saberes, o aprendizado, envolvendo a performance no campo político – quer seja na compreensão do funcionamento destes espaços, quer seja no modo de comportamento (uso da palavra em público) – tem contribuído para que as “famílias políticas” testem aqueles que são cotados, no grupo familiar, como o possível herdeiro político.

É no município, especialmente nas secretarias e na câmara municipal, que se tem os primeiros passos desta aprendizagem sobre o saber e o fazer política. As “famílias políticas”, inserem os “jovens” herdeiros políticos nestes espaços para apreenderem, incorporarem, a linguagem do mundo político. Quando o município é de médio e/ou grande porte, a depender do volume de capital político da família, esta aprendizagem poderá se dá na assembleia legislativa do estado e/ou na câmara federal, ou seja, os herdeiros políticos, se utilizando do capital político familiar (Monteiro, 2017), são eleitos e passam a exercer cargos eletivos como processo de inserção e como um ritual de iniciação no mundo político, o que permitirá, mais à frente, fazer uso desta experiência, para o ingresso em outras esferas eletivas de poder.

Isto se deu com os herdeiros do patrimônio político e eleitoral da família Cunha Lima: Cássio Cunha Lima, Pedro Cunha Lima, Bruno Cunha Lima e Romero Rodrigues. Os dois primeiros iniciaram suas trajetórias políticas, em cargos eletivos, como deputado federal; Bruno e Romero, diferentemente, realizaram as trajetórias políticas ocupando espaço no poder local, através dos mandatos de vereador e, posteriormente, ocupando cargos e acumulando experiências em secretarias e mandatos eletivos em outras esferas. Isto permitiu acumular experiências que somadas ao capital e ao patrimônio simbólico do grupo político se legitimaram para a disputa e ocupação do executivo local.

No que tange a família Vital-Rêgo, o atual senador Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto iniciou sua trajetória como vereador do município e seu irmão Vital do Rêgo Filho deputado estadual. Estes espaços permitiram, juntamente com o patrimônio político da família, e herança herdada de Vital do Rêgo, ex-deputado federal, que somadas a herança do avô



materno, Pedro Gondim, ex-governador do Estado, à construção da trajetória destas duas lideranças políticas no estado. Percebe-se, assim, que os herdeiros das “famílias de políticos” (Grill, 2008), são iniciados, muito cedo, no acesso ao estado. É esta iniciação que contribui para o processo de formação e incorporação de saberes práticos relacionados à vida política.

A transmissão e perpetuação de famílias no aparelho de estado e no contexto republicano (Monteiro, 2017) torna-se, portanto, um problema que merece ser investigado e analisado, tanto pela sociologia, quanto pela ciência política. A hereditariedade do poder político e a transmissão do poder, como uma configuração que parece ser consanguínea, é uma característica muito mais visível e consensual nas formas monárquicas de governo. Na política “o nepotismo apareceu em formas variadas: sob a regra da hereditariedade nas monarquias; como dominação na oligarquia fundiária ou comercial; e, nas nações democráticas, sob uma espécie de corrupção ligada à patronagem” (BELLOW, 1996, p. 24)

Acreditava-se que, nas sociedades contemporâneas, cujas formas de governos fossem democráticas, a transmissão de poder entre gerações e por meio de dinastias familiares tenderia a diminuir, tendo em vista o pressuposto do sufrágio universal e a rotatividade no poder por indivíduos não pertencentes às linhagens familiares. O projeto idealizado pelos iluministas e, naquele contexto, pela burguesia nascente, colocava em xeque toda e qualquer transmissão de poder pela ordem consanguínea. Isto levaria a uma ruptura que faria emergir as sociedades ditas democráticas. Mas este não é bem o caso, do que ocorre no Brasil⁶, e no caso específico, no município de porte médio como é Campina Grande. O quadro 01, demonstra como a alternância no poder local, no decorrer de três décadas, se dá, majoritariamente, entre duas famílias: Cunha Lima e Vital-Rêgo. Na prática, o que tem ocorrido é um revezamento entre duas famílias.

Neste aspecto, o processo de hereditariedade, da transmissão e da herança do poder político, envolve muito mais que a transmissão consanguínea: envolve várias estratégias. É

⁶Ver: Quase 300 deputados têm parentes na política. Congresso em foco. 11 Abr. 2011. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/quase-300-deputados-tem-parente-na-politica/> Acesso em 22 mai. 2022.



preciso compreender: a) os processos de socialização de saberes; b) a transmissão e acúmulo de capitais simbólicos e materiais; c) as reconversões de capitais; d) as estratégias de alianças e casamentos; e) as redes de relações sociais específicas, relacionadas ao grupo familiar; f) o fazer/agir político; g) as redes construídas na relação entre as esferas de poder local, estadual e nacional; h) o patrimônio político que está em disputa.

Os saberes, por exemplo, se materializam desde a linguagem incorporada, com seus códigos, aos processos simbólicos identitários do grupo (Bourdieu, 1998). O domínio de códigos específicos e secretos, que possui o campo político e o aparelho de estado, permite a estas “famílias políticas” agirem dentro e fora do aparelho de estado. Assim, a hereditariedade traz consigo marcas simbólicas da família, que são visualizadas a partir do sobrenome (Canêdo, 2002, 2011; Monteiro, 2017; Monteiro e Ferreira, 2017). O sobrenome, não é apenas um “nome sobre”; é mais que “um” sobre. É a história do grupo materializada. É o poder que se transmite simbolicamente, sem fazer uso da força, mas pelo reconhecimento enquanto tal. É a história da família, muitas vezes, materializada no herdeiro. Nesse aspecto,

“a hereditariedade do poder político é a forma política e simbólica de transmissão do poder, que, ao utilizar de elementos materiais e simbólicos, exercem efeitos de sentido e que tem permitido, no campo político, o reconhecimento dos herdeiros como legítimos sucessores de seus antepassados. É a materialização da história no corpo do agente que tem como missão transmitir à geração futura o que lhe foi ensinado e socializado. É o poder, por excelência, exercendo sua força e seus mecanismos de dominação, como se fosse por um ato natural da consanguinidade. É o processo de camuflagem da fortuna material e simbólica do grupo, em uma sociedade desigual, como a brasileira, que permite que a herança política seja legitimada como uma transmissão natural do poder. É o efeito simbólico e material da dominação instaurados nos corpos e nas mentes de quem legitima a hereditariedade do poder político como fenômeno pertencente ao herdeiro, tendo em vista que este é destacado como sucessor “nato”, legítimo, conhecido e, por isso, reconhecido como aquele que traz consigo a força simbólica e material do grupo familiar” (MONTEIRO, 2017a, p. 197)

O herdeiro se torna a síntese da coletividade que fora construída pelos seus antepassados. Ele carrega o que significa e o que representa, no imaginário popular, àquela família. É a coletividade sintetizada em um indivíduo que tem por “missão” transmitir o legado



familiar para as gerações futuras. Ao tempo que o herdeiro tem uma vantagem nesse processo sucessório, ao trazer o “sobrenome” da família, as insígnias da distinção, ele também tem a cobrança de superar os feitos que alimentam o imaginário popular acerca dos antecessores; caso contrário, a legitimidade desta crença cairá por terra, ou seja, se transformará em descrença. É aqui que reside a magia da legitimidade do poder: o poder legítimo é aquele que permite o reconhecimento do domínio pela crença.

Conclusão

A herança política está relacionada ao patrimônio político que se herda ou aquilo que se pode herdar. Está relacionada ao universo simbólico e material da sucessão. O campo político é um universo atravessado por “formas de classificação” que se remete à dimensão do direito de família e ao direito sucessório. É esta lógica do direito privado que atravessa às dimensões da vida pública e que, portanto, necessita de mais investigações empíricas. Não há como estudar o processo de seleção e recrutamento das elites, por exemplo, quer seja local, estadual ou nacional, sem compreender à lógica da transmissão e sucessão do poder.

A sucessão e a transmissão do poder, ao tempo que se encontra na gênese da alternância e construção de lideranças, permitem, também, por outro lado, problematizar a lógica da “mudança na permanência”. Permite-nos compreender a dinâmica de ascensão de novas lideranças, bem como a forma como se originam novas dinastias e linhagens políticas, “possibilitando compreender os princípios de hierarquização social e sua reconversão em princípios de hierarquização política” (Grill, 2008, p. 21)

Esta pesquisa, que ainda está em curso, buscará problematizar e compreender as estratégias das famílias Cunha Lima e Vital-Rêgo na construção de herdeiros e dos processos sucessórios em torno do patrimônio político dos grupos. Isto tem nos ajudado a entender de que maneira o parentesco funciona como gramática política de mudança na permanência. A pesquisa problematiza a ideia de “renovação na política”, procurando enfatizar em que sentido



a “renovação” tem ocorrido e como o local se constitui em espaço de formação de quadros para voos políticos mais amplos, tais como senador e governador do estado.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Alessandro Cavassin. **A Província do Paraná e sua Assembleia Legislativa (1853-1889): a força política das famílias tradicionais**. Curitiba: Máquina de Escrever, 2015.
- BELLOW, Adam. **Em louvor ao nepotismo: uma história natural**. A Girafa Editora, 2006.
- CANÊDO, Leticia Bicalho. Caminhos da Memória: parentesco e poder. **Revista Textos de História**, Brasília, v. 2, n. 3, p. 85-122, 1994.
- CANÊDO, Leticia Bicalho. Metáforas do Parentesco e a duração em Política. **Revista Textos de História**, Brasília, v. 3, n.1, p. 82-103, 1995.
- CANÊDO, Leticia Bicalho. As metáforas da família na transmissão de poder político: questões de método. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 18, n. 42, ago, 1997.
- CANÊDO, Leticia Bicalho. Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política. **Pró-Posições**, Campinas, v. 13, n. 2(39), set./dez., 2002.
- CANÊDO, Leticia Bicalho. Um capital político multiplicado no trabalho genealógico. **Revista Pós Ciências Sociais**, Maranhão, v. 8, n. 15, p. 55-75, jan./jun, 2011.
- CARVALHO, Jose Murilo. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. In. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 40, nº. 2, 1997.
- CORADINI, Odaci Luiz. **Em nome de quem?: recursos sociais no recrutamento de elites políticas**. – Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política, 2001.
- FAORO, Raimundo. República Velha: os fundamentos políticos. In: **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 2001.



FORTUNATO, Maria Lucinete. **O Coronelismo e a Imagem do Coronel: de símbolo a simulacro do poder local**. Campinas - SP, Universidade Estadual de Campinas, Tese de Doutorado, 2000.

GRILL, Igor Gastal. **“Heranças políticas” no Rio Grande do Sul** – São Luís: EDFMA, 2008, GOULARD, Mônica Helena Harrich Silva. **A dança das cadeiras: análise do jogo político na Assembleia Legislativa do Paraná (1889-1930)**. Jundiaí, Paco Editorial, 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 5.ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Família, Tradição e Poder: o (caso) dos coronéis**. São Paulo: ANNABLUME/Edições UFC, 1995.

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba: Um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Rio de Janeiro: RECORD, 1993.

LIMA, Elizabeth Christina de Andrade. **Ensaio de antropologia da política**. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

LIMA, Elizabeth Christina de Andrade. A herança bendita. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 33, n. 1, p. 9-33, 13, 2013.

MONTEIRO, José Marciano. **A política como negócio de família: para uma sociologia política das elites e do poder familiar**. São Paulo: LiberArs, 2017.

MONTEIRO, José Marciano e FERREIRA, Rafael de Farias. A reprodução das famílias políticas e as dimensões da hereditariedade no estado da paraíba. **REVISTA NEP-UFPR** (Núcleo de Estudos Paranaenses), Curitiba, v.3, n.3, p. 195-214, 2017.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. [trad. Yara Aun Khoury]. – História, São Paulo, 10 dez, 1993.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e estado no Paraná**. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.



OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Na Teia do Nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil.** Curitiba: Ed. Insight, 2012.

PIMENTEL, Vanuccio Medeiros. **A primazia dos Clãs: a família na política nordestina.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, 2014.

RÊGO, André Heráclio do. **Família e coronelismo no Brasil: uma história de poder.** São Paulo: A GIRAFÁ EDITORA, 2008.

WRIGHT MILLS, Charles. **A elite do poder.** 4a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.